Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade

‘Charles Tilly foi pra roça’: Uma análise do conceito de repertório de ação coletiva aplicado às mobilizações do movimento dos atingidos por barragens e da igreja católica, na zona da mata mineira[1] [2]

Bruno Costa da Fonseca[3]
Ana Louise de Carvalho Fiúza[4]

1. Introdução

Este artigo pretende explorar as possibilidades explicativas relacionadas às principais teorias e conceitos da sociologia dos movimentos sociais, utilizadas para explicar os processos de mobilização social, sobretudo àqueles ligados à luta no campo. De modo mais

[1] Artigo da seção especial CPDA 40 anos.
[2] Este trabalho contou com o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig. Uma versão simplificada das discussões aqui apresentada foi publicada na *Revista Holos*.
[3] Doutorando em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). E-mail: brunodogma@gmail.com
[4] Coordenadora do Grupo de Estudos Rurais: Agriculturas e Ruralidades (GERAR); Doutora em Ciências Sociais em Desenvolvimento e Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e professora do Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa (UFV). E-mail: louisefiuza@gmail.com

específico, realizaremos uma apresentação do conceito de Repertório de Ação Coletiva, do sociólogo Charles Tilly. Tal conceito será aplicado de forma mais aprofundada, em virtude das potencialidades explicativas que apresenta para a compreensão das mobilizações organizadas de forma conjunta pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e pela Igreja Católica. Propomos, ainda, um aperfeiçoamento do conceito, em termos da criação de três categorias analíticas — “enfrentamento direto”, “enfrentamento técnico-científico” e ações de “informação-educação” —, as quais, de acordo com o nosso julgamento, ampliam o potencial explicativo do conceito de Repertório de Ação Coletiva.

O norte-americano Charles Tilly foi um dos mais respeitados teóricos da sociologia dos movimentos sociais, e contribuiu de modo veemente para uma das principais correntes contemporâneas: a Teoria do Processo Político. Outrora, as análises que tentavam compreender os movimentos sociais anteriores a 1960-70 se pautavam, principalmente, nas teorias clássicas marxistas e funcionalistas. As mobilizações coletivas dessa época eram concebidas como irracionais, produto de uma frustação individual ou, como destaca Melucci (1989, p. 50), a “[...] ação coletiva era tratada ou como um feito de crises estruturais ou contradições, ou como uma expressão de crenças e orientações compartilhadas”. Destacavam-se, de acordo com o sociólogo francês Alain Touraine, os movimentos sociais baseados nos conflitos produtivos, realizados pela organização e ação dos trabalhadores em sindicatos. O movimento operário era o ator principal inserido nos conflitos que se desenvolviam com o avanço da Revolução Industrial europeia. Em suma, as análises teóricas, neste contexto, priorizavam as lutas de classes, tendo como parâmetro os processos macroestruturais.

Não obstante, a partir de 1960-70, num ambiente intitulado por muitos historiadores como sociedade pós-industrial, o trabalho e a indústria perdem a centralidade e dão lugar aos aspectos da vida privada. Os movimentos sociais, via de regra, não visavam mais fatores econômicos como motivos principais de sua atuação. Entram em cena elementos culturais mais importantes. O filósofo alemão Jürgen Habermas aponta em seus estudos que os conflitos derivados da relação capital-trabalho, típica do século XIX, foram freados pelo Estado. O custo, todavia, seria uma hipertrofia da atuação do Estado, ou seja, este passou a assumir um novo papel na sociedade pós-industrial, tendo como tarefa primordial a regulação da produção e do mercado (GOSS e PRUDENCIO, 2004; ALONSO, 2009). Nestas circunstâncias, além da Teoria da Mobilização de Recursos[5] e da Teoria dos Novos Movimentos Sociais[6], surge a Teoria do Processo Político, que teve como seus principais articuladores teóricos o cientista político Sidney Tarrow, o sociólogo Doug McAdam e o historiador/sociólogo/cientista político Charles Tilly.

A Teoria do Processo Político, embora de origem norte-americana, utiliza em suas análises casos de mobilizações sociais na Europa. Destaca-se, nela, como fator preponderante, o enquadramento macro-histórico, que refuta a economia como chave explicativa dos movimentos sociais, enfocando elementos como a política e a cultura na explicação dos fenômenos. Com conceitos como “solidariedade” e “*catnet*”, a teoria

[5] Objetivava entender os movimentos sociais a partir da interação entre a disponibilidade de recursos e as estruturas disponíveis para atuarem em uma organização formal.

[6] Tinha como objetivo compreender as demandas da vida cotidiana com um viés simbólico, voltando-se para o âmbito do reconhecimento de “Identidades Coletivas” ou de “estilo de vida”.

explica que para a efetiva mobilização coletiva é preciso que haja uma coordenação que depende da solidariedade do grupo, que é, por sua vez, fruto de uma articulação entre o pertencimento a uma categoria (*catness*) e da densidade das redes interpessoais que unem os membros entre si. Entretanto, os conceitos-chave da Teoria estão em “Estrutura de Oportunidade Políticas”, “Estrutura de Mobilização” e “Repertório de Ação Coletiva”. Os dois primeiros sugerem que existem mudanças macroestruturais que facilitam o surgimento, a manutenção ou o afastamento [dissolução] dos movimentos sociais e que, a inserção nestes contextos, permite que os grupos se apropriem de determinados recursos formais e informais para realizar as ações, tais como organizações civis e redes sociais, respectivamente. Quanto aos Repertórios, esses dizem respeito a um conjunto de estratégias limitadas a um grupo, ao longo de um percurso histórico e em determinadas condições sociopolíticas. Dessa forma, a Teoria do Processo Político adicionava elementos da cultura às explicações de Ações Coletivas (ALONSO, 2009).

Destarte, o conceito de Repertório de Ação Coletiva, apoiado em outras concepções teóricas da Teoria do Processo Político, foi muito importante para a análise e compreensão dos fenômenos de mobilizações sociais em várias partes do mundo, a partir de 1960-70, sobretudo nos estudos de movimentos sociais europeus. Nesse sentido, projetamos um pequeno ensaio analítico para as mobilizações sociais no Brasil — Zona da Mata Mineira —entre o Movimento dos Atingidos por Barragens e a Igreja Católica Progressista, especificamente no ambiente de conflito entre pequenos agricultores e grandes empreendedores responsáveis pela construção das Pequenas Centrais Hidrelétricas

(PCHs) e das Usinas Hidrelétricas de Energia (UHEs). Historicamente, um conjunto de ações de resistências tem sido traçado por esses atores e podem, com efeito, ser enquadrado como o Repertório de Ação Coletiva possível.

Objetivando, portanto, uma apresentação teórica e demonstrando algumas classificações desses episódios de Ação Coletiva no meio rural da Zona da Mata Mineira, apresentamos neste trabalho, como procedimento metodológico, uma pesquisa bibliográfica e documental, lançando mão de uma classificação que viabiliza, a nosso ver, um melhor entendimento dos fenômenos, perfazendo, numa via análoga, a proposta de extensão do conceito-chave desta pesquisa: Repertório de Ação Coletiva.

2. Evolução e ressignificação do conceito de repertório de ação coletiva

O sociólogo-político Charles Tilly é um dos grandes nomes da sociologia contemporânea. Foi, igualmente, um dos nomes de mais destaque da Teoria do Processo Político, tendo em vista as mobilizações coletivas a partir de 1960-70, que refutava os pressupostos dos estudos predominantes da economia e da psicologia, advindo das teorias clássicas de viés marxista/funcionalista. Os conceitos de “Estrutura de Oportunidades Políticas” e de “Estrutura de Mobilização” foram os conceitos-chave da “Teoria do Processo Político”, e sustentaram, por muito tempo, as análises dessa corrente. Entretanto, para Tilly ainda faltava um componente, algo que articulasse a faceta cultural aos conflitos. Assim, o autor buscou na historiografia francesa,

especificamente na escola dos Annales[7], os subsídios para inserir a cultura nas explicações políticas em foco (ALONSO, 2012).

A Escola dos Annales fazia uso da noção de “mentalidades” para compreender as ações dos indivíduos e dos grupos sociais em determinado período histórico. Não obstante, Tilly não digeriu totalmente essa expressão e, então, amante da música, pegou emprestado o termo “repertório” para designar um conjunto de maneiras possíveis de agir em um determinado período histórico. A partir da relação entre as “oportunidades” e as “ameaças” existentes, os grupos sociais se viam obrigados a escolher entre o repertório de ações possíveis, tendo como parâmetro a conjuntura sociopolítica vigente. Por exemplo, em um contexto de repressão estatal, as revoltadas armadas podem ser acionadas como a melhor opção de ação, todavia, em sociedades democráticas, passeatas pacíficas podem atender os anseios sociais em voga (ALONSO, 2012). Em outras palavras, os repertórios seriam um conjunto de ações dos movimentos sociais, fruto de uma expressão da interação histórica e atual dos movimentos que visam determinada mudança. Surgem quando existe uma estrutura de oportunidade propícia, que determina também o repertório utilizado pelos atores envolvidos, ou quando estes precisam criar novas estratégias que comporão o repertório (McADAM, TARROW e TILLY, 2009).

Desde 1970 até os dias de hoje, o conceito de “Repertório de Ação Coletiva” passou por diversas alterações. Adicionaram-se algumas características, outras sofreram mudanças bruscas ou relativas, mas

[7] A escola de Annales, originada na França, ficou conhecida por incorporar métodos das ciências sociais à história.

houve, também, aquelas que foram resgatadas de momentos longínquos da história. O “Repertório de Ação Coletiva” aponta para um conjunto de ações possíveis que, quando repetidas, diminuem a sua eficácia instrumental, encorajando a inovação tática. Mas os repertórios podem também encorajar a persistência invés da mudança. Os repertórios convencionais, usados ao longo dos tempos dentro de um grupo, só ganham tal status por serem considerados profícuos e, portanto, continuam vigentes, apesar das vantagens da inovação (McADAM, TARROW, TILLY, 2009, p. 25). Em um sentido análogo, a obra “Movimentos Sociais como Política” Tilly (2010) corrobora a dualidade inovar/persistir, especialmente em contextos de mudança das “Estruturas de Oportunidades Políticas”, pois,

> [...] a despeito de incessante inovação e variação em pequena escala de um contexto político para outro, os elementos do movimento social desenvolveram-se e difundiram-se conectados como um todo. Nesse sentido, o movimento social tem uma história. A história do movimento social o distingue da história de outras formas políticas, como campanhas eleitorais, celebrações patrióticas, demonstrações de força militar, investiduras de autoridades públicas e luto coletivo (TILLY, 2010, p.142).

No final da década de 1970, Tilly propôs três classificações para as formas de ação coletiva: a primeira seria formas de ação competitivas, que retratavam as rivalidades dentro de um sistema constituído; a segunda seriam as formas de ação reativas, que buscavam um modo de defender os direitos dos grupos detentores da ação; e, por fim, as proativas, que tinha por escopo reivindicar novos direitos demandados pelos grupos. No entanto, devido a duras críticas, o próprio Tilly, duas décadas depois, revisou essa tríade analítica. Ele reiterou que, apesar de limitados, os repertórios eram, concomitantemente, contingentes, pois

poderiam ocorrer variações conforme a sua rigidez ou flexibilidade (BRINGEL, 2012).

A principal crítica ocorreu na década de 1990, e partiu de um conjunto de teóricos culturalistas que tinha grande peso nas produções sociológicas, sobretudo aqueles ligados à Teoria dos Novos Movimentos Sociais. A crítica se pautava na noção de que o incremento da cultura por Tilly, realizado por meio da concretização do conceito de Repertório de Ação Coletiva, era insuficiente, pois as suas análises de mobilizações coletivas eram demasiadamente focadas nas dimensões estratégicas, deixando à margem de sua teorização o simbolismo. A reformulação da proposta se deu então com a atualização do conceito de “Repertório de Ação Coletiva”, que derivou o termo “Repertório de Confronto”, e, dessa forma, responderia as críticas de que, apesar de utilizar de dinâmicas culturais, seu conceito não absorvia nenhuma teoria da cultura de fato (ALONSO, 2012).

O conceito de repertório de Tilly passou a ser um subitem do que o autor passou a chamar de projeto para estudo do confronto político. Nesse sentido, três linhas inicialmente fariam parte dos estudos sobre confrontos políticos, envolvendo a articulação entre “movimentos sociais, ciclos e revoluções”, a relação entre “identidades coletivas e redes sociais” e a ligação entre “política institucional e ação coletiva”. Os repertórios estariam dentre a primeira linha de estudo, dado que teriam ligação direta com os ciclos de reivindicações:

> [...] dentro de um mesmo ciclo, temas, símbolos e inovações táticas de ações individuais e grupais influenciam uns aos outros [...] a interação intensa de um ciclo gera oportunidades e incentivos para inovações que são muito mais raras e mais arriscadas fora destes ciclos. [...] o próprio movimento de um ciclo que vai de uma fase expansiva para uma retração altera as situações estratégicas de todos os

> participantes, mudando com isso a atratividade relativa de formas diferentes de interação, sem mencionar a proeminência relativa de outros atores como modelos, inimigos, rivais ou aliados. [...] as formas de ação associadas a reuniões de apoio, a obtenção de publicidade ou a pressão de reivindicações tendem a generalizar-se e tornar-se acréscimos de longo prazo aos repertórios de ação coletiva. Aquelas que são associadas de forma repetida e visível a fracassos tendem a desaparecer (McADAM, TARROW, TILLY, 2009, p. 26).

Desta forma, a mudança deixa claro sua posição de convergência com a sociologia política e abandona as controvérsias com a sociologia da cultura. A mudança de conceito tira o domínio estruturalista e passa a assimilar o interacionismo simbólico. Nesta perspectiva, o foco a partir de então passa ser a interação entre os atores, sobretudo os grupos coletivos, em contraposição às ações isoladas. Como Tilly ressalta nos fragmentos abaixo:

> [...] minha primeira formulação pressupunha que um ator singular (individual ou coletivo) possuía um repertório de meios e o empregava estrategicamente. Foi um erro. Cada rotina no interior de um repertório estabelecido de fato consiste de uma interação entre duas ou mais partes. Repertórios pertencem a conjuntos de atores em conflito, não a atores isolados [...] palavra repertório identifica um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e postas em ação por meio de um processo relativamente deliberado de escolha. Repertórios são criações culturais aprendidas, mas eles não descendem de filosofia abstrata ou tomam forma como resultado da propaganda política; eles emergem da luta. [...] Em qualquer ponto particular da história, contudo, elas aprendem apenas um pequeno número de maneiras alternativas de agir coletivamente (TILLY, 1995, p.29-30 apud ALONSO, 2012, p.25).

A sofisticação do conceito veio de fato com a adição de “rotinas” à teoria, pois, para o interacionismo simbólico, tal expressão é custosa, direcionando a outras como o hábito, a tradição, o costume, a memória, ou seja, a retratos da cultura. Assim, os grupos sociais que estão em posições de confronto, antagônicos por natureza, se valem de um mesmo conjunto de repertório, porém com finalidades distintas, e isso confere o

sentido da ação (ALONSO, 2012). Por exemplo, um grupo pode usufruir da publicação em jornais locais, com conteúdos que tenham um viés de esquerda ou conservador, dependendo do objetivo da ação.

Posteriormente, na virada do século XXI, a influência do interacionismo simbólico aumentou. A sociedade, diante de eventos como o atentado de “11 de setembro”, bem como de diversos protestos religiosos de massa, viu ascender os estudos sobre mobilizações e contramobilizações em nível mundial. Tilly, por sua vez, retoma a noção de “repertório” e adiciona o termo “performance” aos seus estudos. Em outras palavras, “performance” assume o lugar de “rotinas” como unidade fundamental do repertório, intentando conciliar temas afins da sociologia da cultura. Nessa nova fase incorreu, igualmente, grande influência do conceito de *frame* de Erving Goffman. Comparações metafóricas com o jazz e o teatro foram comuns para Tilly, pois, para ele, as mobilizações coletivas compartilham de um roteiro [script], e, não raro, casos particulares improvisam. Existe nessas situações o caráter agrupado, aprendido, e a improvisação é um elemento fruto de interações (TILLY, 2006 apud ALONSO, 2012).

Há, por consequência da acentuação do interacionismo simbólico, uma gama de enunciados comunicativos que compõe o repertório de Tilly, e o quadro emissor-mensagem-receptor tradicional da comunicação seria incapaz de explicar estes novos elementos simbólicos proeminentes das mobilizações sociais em voga. O processo *framing* daria as bases para entender práticas interpretativas e a maneira construída e contingente dos significados que orientam mobilizações, tendo em vista que o conceito de Erving Goffman faz alusão à existência de quadros interpretativos que simplificam e condensam o “mundo exterior”,

destacando, codificando e selecionando objetos, situações, acontecimentos, experiências e formas de ações. Isto é, o processo *framing* seria um conjunto de princípios que organiza determinados acontecimentos sociais e a forma como agimos subjetivamente nesses acontecimentos (MEDONÇA e SIMÕES, 2012; NUNES, 2013).

Depois de mais de três décadas de formulações e reformulações do conceito de Repertório de Ação Coletiva, este ainda vem à tona como um importante instrumento de exploração e análise das mobilizações sociais, sejam elas históricas ou atuais. As novas incorporações ao conceito de Repertório ajudam, com efeito, a entender novos processos de mobilizações que absorvem símbolos sofisticados em suas atuações, com uma via cultural bastante influenciadora, apesar de Charles Tilly, em uma entrevista concedida a pesquisadores brasileiros, ter sido contundente ao afirmar que “[...] não descreveria minhas ideias recentes como resultantes da incorporação de dimensões culturais. Diria, em vez disso, que tenho prestado mais atenção às dinâmicas relacionais em suas múltiplas escalas” (ALONSO e GUIMARÃES, 2004).

3. O contexto de resistência na zona da mata mineira

Na história das sociedades industriais, é possível verificar que a materialização dos anseios e dos desejos do homem moderno perpassa pelo uso da energia elétrica, sendo este um dos fatores-chave do processo de desenvolvimento, ou, em outras palavras, a produção de energia passa a constituir um elemento-chave para a modernidade, culminando em uma pressão para que a geração de energia seja muito forte em diversos setores da sociedade. Não obstante, esse novo modo de agir/viver da sociedade tem acarretado diversos impactos

socioambientais para as comunidades atingidas, colocando em risco reproduções sociais, econômicas, culturais e simbólicas de diversas gerações. Para Acselrad (2010, p. 7), existe um agravante, pois os impactos ambientais e sociais são distribuídos de forma desigual “[...] atingido mais do que proporcionalmente as populações mais destituídas, de menor renda, populações tradicionais e grupos étnicos”.

No Brasil, a construção das usinas hidrelétricas de energia e das pequenas centrais hidrelétricas resultou em mais de 200 mil famílias deslocadas compulsoriamente, as quais dependiam quase que exclusivamente do rio e da terra para sobreviver. Foram inundados, em todo o país, aproximadamente, 34.000 km² de terras para a formação de reservatórios (BERMANN, 2007). Este processo, a priori denominado conflito socioambiental, coloca em lados opostos grandes empreendedores e comunidades rurais que, via de regra, recebem o apoio dos movimentos sociais, da Igreja Católica, de ONGs, dentre tantos outros atores e grupos sociais. Travam, com efeito, uma luta pelo uso e apropriação dos recursos naturais, ou, em circunstâncias posteriores à construção da barragem, o embate passa para o simbólico, pela legitimação de direitos e pela conquista de medidas compensatórias em razão da perda parcial ou total das terras de outrora.

Formou-se por consequência uma rede de resistência contra a construção das barragens no Brasil. No final dos anos 1970, a construção das usinas hidrelétricas de Sobradinho, no Nordeste; Tucuruí, na região Norte; e a maior delas, Itaipu, no sul do país, foi o fator determinante para a consolidação do MAB no Brasil, apoiado pela Igreja Católica, especificamente pela Comissão Pastoral da Terra (SCHERER-WARREN; REIS, 2008). No contexto de resistência na Zona

da Mata de Minas Gerais também houve a articulação entre a Igreja Católica, pequenos agricultores, ONGs e grupos universitários. Em um documento com vistas à obtenção do Prêmio Direitos Humano da Universidade Federal de São Paulo (USP), Padre Claret, aspirante ao título, retrata em suma como se deu o processo de formação de uma rede de resistência contra barragens na Zona da Mata Mineira e no Alto Rio Doce. Inicialmente, não existia ainda o MAB na região. As primeiras movimentações se deram a partir do encontro entre o padre Claret e o professor Franklin Daniel Rothman, da Universidade Federal de Viçosa, por volta de 1995. O professor Franklin, recém-chegado de uma pesquisa no Sul do Brasil com atingidos por barragens, deu início, com outros militantes, ao Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens (Nacab). O Nacab, por sua vez, contava com o apoio de um membro da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do padre Gilson, da paróquia de São Sebastião, Ponte Nova, Minas Gerais. O padre Claret destaca dois grandes embates que foram responsáveis pela a consolidação da rede de resistência: o projeto da barragem de Pilar, consórcio entre a Fiat e a Alcan e a barragem de Emboque, de responsabilidade da Companhia Força e Luz Cataguases Leopoldina.

O projeto Pilar, que teria sua implantação no rio Piranga, atingiria mais de 300 famílias, sobretudo agricultores familiares dos municípios de Guaraciaba e Ponte Nova, Minas Gerais. Contudo, a luta e a resistência por mais de cinco anos das comunidades impediram a concretização deste projeto em 1999. Quanto ao processo de resistência contra a barragem de Emboque, num primeiro momento, a organização não foi tão profícua com o potencial de barrar as obras, todavia, muitas das condicionantes não cumpridas na época foram cumpridas

posteriormente, em consequência da organização e persistência da comunidade.

Portanto, como os movimentos se organizam e quais as possibilidades estruturais de atuação são elementos importantes para entender o histórico de resistência. No Brasil, existe um histórico quanto às estratégias de resistências utilizadas que, de certo modo, se convergem nos movimentos sociais, seja em lutas na cidade ou no campo. Parecem existir metodologias e discursos comuns adaptados aos contextos locais, quase sempre enviesados por “padrões de esquerda” que orientam as ações políticas e culturais dos movimentos. Não é raro, portanto, que os movimentos sociais, principalmente aqueles originados das academias ou que tenham lideranças que realizam o perfil de ação teórica e metodológica baseado em princípios ideológicos de autores como Karl Max, Paulo Freire, Antonio Gramsci, entre tantos outros. Nesse contexto, para Charles Tilly, o conjunto de ações possíveis às comunidades em um determinado período histórico, ressaltando suas metodologias de intervenção, é denominado Repertório de Ação Coletiva. Contudo, uma passada rápida pelo ambiente de mobilização abordado neste estudo nos possibilita um afunilamento deste conceito, por vezes encarado como vago, e, com efeito, tornando-o mais pragmático e aplicável a realidades distintas.

4. Proposta de três categorias analíticas

Não obstante às estratégias de defesa das comunidades, é possível mapear três tipos que se tornaram comuns ao longo da história de conflitos na região e afluem com outras experiências pelo Brasil: a)

“enfrentamento técnico-científico”, b) “enfrentamento direto” e ações; e c) “educação-informação”. Trazemos, outrossim, essas classificações como uma extensão do conceito Repertório de Ação Coletiva.

(a) O processo de construção de um grande empreendimento, desde a fase de planejamento até o cumprimento das condicionantes — pós-funcionamento do projeto —, nas comunidades requer conhecimento técnico muito grande, sobretudo no que concerne aos processos negociáveis ao longo de todo o conflito. O problema é que comunidades rurais, nas quais seus moradores possuem baixos níveis de escolaridade, incluindo muitos que mal sabem assinar o próprio nome, têm sofrido sobremaneira por não possuir o *métier* científico necessário para lidar com as situações ao longo do conflito. Assim, a Igreja, em aliança com outras organizações, como grupos universitários e ONGs, tem desempenhado um papel importante nesse campo de atuação. Configura-se então em um dos pontos de ação que tem dado alguns resultados satisfatórios, mesmo diante de uma grande assimetria de recursos, tendo em vista o capital científico do empreendedor.

Documentos técnicos, tais como os Estudos de Impacto Ambiental (EIAs) e o Relatório de Impacto Ambiental (Rima), instrumentos de difícil decodificação, são necessários para obtenção da Licença Prévia dos projetos e são responsáveis por delimitar ações futuras. Nela estão listados os principais impactos sociais e ambientais que incidirão sobre as comunidades, projetando, com efeito, medidas compensatórias para minimizar ou reverter em possibilidades de melhorias para as comunidades e para a região indiretamente impactada. Dessa forma, analisar o EIA/Rima e identificar os principais erros faz parte da estratégia de Ação Coletiva. Entretanto, este é apenas um exemplo dos

diversos documentos que surgem durante o processo, passíveis de entendimento por parte da comunidade.

Outra instância de projeção no processo de resistência que é de certo modo técnica-científica se referem às audiências públicas. Digamos de certo modo, pois se configura como um espaço apenas consultivo, não deliberativo. Ainda sim, a presença e fala de membros da Igreja e de lideranças do MAB se torna importante, assim como na preparação para levar às comunidades para as audiências. Nos fragmentos abaixo, retirado de jornais da época, podem ser vistos alguns exemplos da participação de movimentos eclesiais nesses espaços.

> [...] cada uma das entidades que defendem os interesses dos atingidos também tiveram 5 minutos para expressarem sua opinião. O primeiro a se apresentar foi o padre Claret, representando as CEBs da Arquidiocese de Mariana. Segundo ele, “este é um jogo de forças. Força do poder (empreendedor) e força do povo que vai começando a entender a importância da organização” (FOLHA DE PONTE NOVA, 2001, audiência pública em Miguel Rodrigues, Minas Gerais).
>
> [...] o padre Claret discorda e frisa decisão do MAB: exigir dos órgãos ambientais que só autorizem o enchimento do lago com o fim de “muitas pendências” [...] Há ênfase para problemas na obra da Nova Soberbo (cuja vila original será inundada) e várias reivindicações dos atingidos, com dramas que incluem um desaparecimento e uma morte. Neste caso o arcebispo [Dom Luciano] apela para as “questões humanitárias e de direito” (FOLHA DE PONTE NOVA, 2003, audiência pública em Belo Horizonte, Minas Gerais).

(b) Outro ponto de Ação Coletiva que compõe o repertório constitui no enfrentamento direto, não num sentido de violência, mas em suas mais variadas formas de embate com o empreendedor, incluindo formas de enfretamento que são simbólicas, tal como a utilização do teatro, da dança e da música de conteúdo crítico. Ou, tida como mais enérgicas, aquelas formas de enfrentamento em que o número de pessoas participando faz toda diferença, a citar os

acampamentos, as invasões e as passeatas, por exemplo. Mais uma vez a presença de membros da Igreja Católica em trabalho conjunto com o MAB tem feito a diferença. Primeiro que, a experiência das organizações eclesiais de base é de suma importância para a mobilização do povo, incluindo ações e discursos baseados na bíblia. Segundo, pois, a presença de líderes religiosos, em consonância com líderes locais é um fator essencial para a aglomeração de um grande contingente de pessoas necessário para a prática coletiva. Eis, a seguir, alguns exemplos destes tipos de mobilização levando em consideração que seria impossível listar todos.

> O processo da marcha foi se fortalecendo a partir da necessidade de denunciar a situação que vivemos e o tratamento que recebemos das empresas construtoras de barragens. As mobilizações organizadas nas regiões em função do Dia Internacional de Luta contra as barragens – 14 de março, não foram suficientes para as empresas atenderem nossas reivindicações [...] (JORNAL MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS, 2004, p. 2).
>
> Manifestação reúne produtores na Alcan. O protesto é contra a construção de uma Usina Hidrelétrica de Fumaça na região de Diogo Vasconcelos e Fumaça. A empresa está sendo acusada de obrigar produtores rurais a negociarem as terras [...] (JORNAL PONTO FINAL, 2003, p. 1).
>
> Mais de duzentas famílias da comunidade do distrito de Miguel Rodrigues invadiram na segunda feira 29, o canteiro de obras da Usina Hidrelétrica de Fumaça [...] A Invasão está sendo comandada pelo Movimento dos Atingidos por Barragens com o apoio da Comissão Pastoral da Terra [...] (JORNAL PONTO FINAL, 2001, p.3).

Percebe-se que a escolha pela forma de enfrentamento obedece a fatores externos, mas, ainda sim, os grupos possuem uma maior autonomia sobre esse tipo de Ação Coletiva do que na forma anterior. Desde que tenha recursos disponíveis (incluindo, por vezes, recursos financeiros) e planejamento prévio estes tipos de ações são viáveis. São bem vindas, ademais, em datas especiais como datas religiosas ou em

reuniões de órgãos ambientais, incluindo lugares públicos e movimentados, por exemplo, pois, para os movimentos sociais o ideal é atingir o máximo de visibilidade da sociedade no sentido de denunciar as injustiças que estão sofrendo. Na Figura 1, abaixo, podem ser visto um registro da Romaria da Água e da Terra que aconteceu em Miradouro, Minas Gerais. A Romaria, organizada pela Diocese de Leopoldina e pela Comissão Pastoral da Terra é mais um exemplo de manifestação religiosa e popular que arrasta multidões de pessoas, sobretudo agricultores familiares devotos.



Figura 1 – Romaria dos Trabalhadores, caminhada de fé.
Fonte: Tribuna de Muriaé, 2013.

(c) Por fim, destacamos os processos de resistência inerentes a informação/educação. Este tipo de ação não tem por intenção a reunião de pessoas físicas de forma presencial, mas comumente pretende mudar

opiniões de massa através da mídia e de oportunidades de educação, ou seja, tende a levar um tipo de “ideia” — que é expressão de um coletivo ou de uma instituição — para o maior número de pessoas fazendo com que estas possam compartilhar e compactuar informações comuns. Os veículos de disseminação são os mais diversos, entretanto, nos últimos anos temos uma predominância da internet em conjunto com a mídia televisa. Ressalta-se que agricultores familiares, sobretudo na década de 1990, não possuíam domínio sobre estes tipos de mídias, sendo que as notícias vinculadas, feitas com ajuda de outros atores sociais, se davam em informativos e jornais locais. Os movimentos eclesiais auxiliam de forma particular nesse tipo de estratégia, tendo em vista que usar o nome da Igreja ou a figura de um padre ressalta emoções e atribuem valores simbólicos à informação. Para os casos que retratam as mobilizações coletivas envolvendo a Zona da Mata Mineira, destacamos as diversas entrevistas e depoimentos de sacerdotes das Comunidades Eclesiais de Base e líderes do MAB. E, de forma bastante peculiar, as mudanças de conteúdo do jornal oficial da Arquidiocese.

No trabalho de Oliveira, Pagnossa e Zangelmi (2011), foram abordados diversas mudanças de conteúdo que aconteceram no jornal da Arquidiocese, que por vezes era um aliado do MAB em divulgar notícias e agrupar pequenos agricultores no campo. Essas mudanças foram fruto, dentre outros motivos menores, da troca ocorrida na alta hierarquia da Igreja Católica e isso influenciou na frequência e no conteúdo das mensagens direcionadas aos agricultores vítimas dos conflitos com grandes empreendedores na região. O “Arquidiocesano”, nome do jornal na época de Dom Oscar, não tinha em suas páginas matérias que permitiam a evidenciação de grupos progressistas que surgiam após a

redemocratização do país. Em outras palavras, o periódico tinha como objetivo difundir assuntos religiosos, não políticos, a priori. Posteriormente, com a nomeação de Dom Luciano o informativo passou a se chamar “O pastoral” e seu conteúdo se voltou para questões relacionadas ao combate das desigualdades sociais e incentivo de lutas populares coletivas no campo, como podem ser vistas nos trechos abaixo.

> O XII Encontro das Comunidades Eclesiais de Base da Arquidiocese de Mariana desponta como um grande marco da caminhada eclesial de nossa Arquidiocese. Lembro-me que os encontros anteriores aconteciam anualmente. Quem ficava sabendo? Como eram preparados? Quem participava? Sem dúvida que havia os responsáveis por eles. Tenho certeza que eram preparados com carinho e esmero. Mas, por uma serie de fatores, atingia uma parte muito pequena da Arquidiocese. Mesmo por que a Arquidiocese como um todo não havia feito sua opção pelas CEBs. Nem por isso deixaram de cumprir seu papel. Aliás, há que se ressaltar que, se chegamos ao XII Encontro, é graças à resistência daqueles que acreditaram nas CEBs como uma realidade possível também para a arquidiocese de Mariana [...]
>
> O chavão que “as CEBs são grupos políticos” já se tornou anacrônico. A desculpa é que a diocese de que Mariana tem muitos padres e por isso os leigos não precisam assumir ministérios se contradiz com o acúmulo de trabalho da parte de muitos párocos. O “Rosto da Igreja” que este encontro deverá nos fazer encontrar é o rosto do próprio Cristo identificado com os pobres e excluídos. A partir daí é só organizar as comunidades para ser seu espaço de luta, de reivindicação, de celebração da própria fé. É só deixar que com elas nasçam as CEBs, o novo jeito da Igreja ser (Jornal *O Pastoral*, ano IV, Mariana, Julho de 1994 apud OLIVEIRA, PAGNOSSA e ZANGELMI, 2011, p. 549).

As formas de resistências apresentadas ao longo deste tópico são apenas alguns exemplos das centenas possibilidades que os grupos em prol da defesa de seus direitos se apropriam. Entretanto, cumpriu o objetivo do trabalho que foi mostrar desdobramento do conceito de Repertório de Ação coletiva aplicado à realidade de mobilização no

campo, sobretudo às que envolvem o MAB e movimentos ligados a Igreja Católica Progressista.

5. Considerações finais

Este estudo apresentou o potencial explicativo do conceito de Repertório de Ação Coletiva de Charles Tilly, argumentando que o referido conceito, ao ser acrescido de três categorias analíticas, quais sejam, “enfrentamento técnico-científico”, “enfrentamento direto” e “educação-informação” aprofundava o seu alcance compreensivo. Para ilustrar a referida proposta teórica, aplicou-se o conceito ampliado de Repertório de Ação Coletiva de Charles Tilly, aos episódios de resistência e de mobilização social envolvendo pequenos agricultores, Movimentos dos Atingidos por Barragens e a Igreja Católica.

Ressaltamos que a ousadia de enquadrar os tipos de Ação Coletiva em categorias de estudo configurou-se num esforço analítico com o objetivo de evidenciar a forma de interação entre os mediadores sociais, com estratégias de ação que não brotam genuinamente da organização coletiva dos agricultores, mas a elas se coadunam de forma dialogada, com outras estratégias de ação mais internas aos agricultores, marcadas por certa autonomia relativa em face da ação dos mediadores.

Tais categorias analíticas complementares ao conceito de Repertório de Ação Coletiva de Tilly possibilitam, assim, acompanhar a apropriação dos agricultores de ferramentas de mobilização e de resistência que revitalizam aquelas estratégias antigas como as invasões, os acampamentos e as passeatas, trazendo elementos novos como o uso das redes sociais e as argumentações “nativas”, embasadas

pelo arcabouço jurídico legal e pelas pesquisas científicas de cunho participativo e comunicativo.

Referências bibliográficas

ACSELRAD, Henri. Mediação e Negociação de Conflitos Socioambientais. **Palestra proferida na Abertura do IX Encontro Temático da 4'**. Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal. Brasília, 2010.

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, n.76, 2009.
_____. Repertório, segundo Charles Tilly: a história de um conceito. **Sociologia e Antropologia**, v.2, 2012.

ALONSO, Angela; GUIMARÃES, Nadya Araujo. Entrevista com Charles Tilly. **Tempo Social**, v.16, n.2, São Paulo, 2004.

BERMANN, Célio. Impasses e controvérsias da hidreletricidade. **Estudos avançados**, São Paulo, v.21, n.59, 2007.

BRINGEL, Breno. Com, contra e para além de Charles Tilly: mudanças teóricas no estudo das ações coletivas e dos movimentos sociais. **Sociologia e Antropologia**, v.2, 2012.

FOLHA DE PONTE NOVA. **Comunidade de Miguel Rodrigues diz não a barragem em audiência pública**. Ponte Nova, 2001.

_____. **Polêmica dos impactos sociais da UHE de Candonga vai para audiência em BH**. Ponte Nova, 2003.

GOSS, Karine Pereira; PRUDÊNCIO, Kelly. O conceito de movimentos sociais revisitado. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v.2, n.1, 2004.

JORNAL MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **Marcha proporciona salto de qualidade ao movimento**. Brasília, 2001.

JORNAL PONTO FINAL. **Manifestação reúne produtores na Alcan**. Ouro Preto/Diogo Vasconcelos, 2001.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. **Lua Nova**, São Paulo, n.76, 2009.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? **Lua Nova**, n.17, São Paulo, 1989.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; SIMÕES, Paula Guimarães. Enquadramento: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.27, n.79, 2012.

NUNES, Jordão Horta. Interacionismo simbólico e movimentos sociais: enquadrando a intervenção. **Sociedade e Estado**, v.28, n.2, Brasília, 2013.

OLIVEIRA, Fabrício Roberto Costa, PAGNOSSA, Tadeu Pamplona, ZANGELMI, Arnaldo José. Os processos de transformações na Arquidiocese de Mariana: uma análise dos jornais “O Arquidiocesano” e “O Pastoral”. **Revista de Humanidades**, v.11, Rio Grande do Norte, 2011.

SCHERER-WARREN, llse; REIS, José Maria. Do local ao global: A trajetória do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e suas articulações em redes. In: ROTHMAN, Franklin Daniel. **Vidas alagadas:** Conflitos socioambientais licenciamento e barragens. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2008.

TILLY, Charles. Movimentos sociais como política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.3, Brasília, 2010.